

## "O Brasil chora pela Argentina mas não chora com a Argentina."

Arthur Virgílio, secretário-geral da Presidência da República, ao ressaltar as diferenças entre as economias brasileira e argentina quanto aos fundamentos econômicos.

# A dívida social



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

Os economistas costumam se dedicar ao estudo das trajetórias das dívidas externa e pública. As razões são bastante razoáveis. Uma sociedade que não honra ao longo do tempo seus compromissos, internacionais ou domésticos, tende à decadência e à instabilidade econômica, política e social. A História está repleta de exemplos acerca dos efeitos devastadores da má gerência financeira sobre a vida das pessoas. Indo da experiência corrente da Argentina, passando pela queda do regime absolutista francês no século XVIII, até tempos mais remotos onde minha cultura não alcança.

Discutimos aqui a dívida em relação aos miseráveis. A chamada dívida social se baseia no pressuposto ético de que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas minimamente garantidas. À seme-

lhança da dívida pública, ela seria uma dívida da sociedade com ela mesmo. A cobrança desta dívida não se dá apenas por intermédio de impostos futuros mas pela violência da miséria a assaltar nossa consciência e no desempenho econômico medíocre que caracteriza as nações que não investem na sua gente.

O conceito de dívida social aqui apresentado é de natureza prospectiva. Pois não adianta chorar sobre o leite derramado! O conceito visa alongar os horizontes temporais do debate sobre pobreza e desigualdade considerando sucessivos períodos. Outro objetivo é integrar melhor as discussões macroeconômicas e as sociais, a partir de linguagem e conceito similares. Um dos problemas da área social brasileira é o curto-prazismo das ações e das análises. Busca-se, via de regra, aliviar o problema e não atacá-lo de maneira estrutural. Miopia comparável àquela aplicada durante sucessivos anos no combate à inflação brasileira. Em ambos casos, as soluções eram buscadas mais nas políticas de renda, do que na transformação dos fundamentos a partir do qual indivíduos e coletividade

tomam suas decisões.

Outra dificuldade é o tratamento agregado das questões, onde o PIB ocupa lugar absoluto. A abordagem agregada nos permite abstrair os detalhes de cada árvore e enxergar a floresta. Entretanto, acabamos perdendo perspectiva da diversidade dos bosques, um nível intermediário, ou meso, situado entre o micro e o macro.

Num país desigual, números agregados revelam tanto quanto escondem. A renda média brasileira oculta a riqueza da Bélgica, a miséria da Índia e a consequente violência da Colômbia. A literatura social busca cobrir parte desta lacuna, explorando diferentes formas de somar o nível de bem-estar dos indivíduos. O capítulo dedicado aos índices de miséria, inverte a lógica econômica usual do quem ganha mais, vale mais (vide, por exemplo, a forma de cálculo do PIB). Uma medida útil neste aspecto é o hiato de renda. Isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer no mercado suas necessidades básicas. Se falamos de necessidades alimentares estimadas ao custo de R\$ 80 mensais na Grande São

Paulo, o déficit médio de cada brasileiro miserável seria R\$ 36 mensais.

A pergunta complementar é quanto de renda deveria ser transferido por cada pessoa que está acima da linha de indigência. Isto é, olhamos o problema agora na perspectiva dos não miseráveis. Este número é de R\$ 15 mensais. O conceito de dívida social corresponde ao estoque que daria ori-

### Num país desigual, números agregados revelam tanto quanto escondem: a riqueza da Bélgica, a miséria da Índia, a violência da Colômbia...

gem prospectivamente a este fluxo (\*). Isto é: qual seria o montante a ser aplicado de uma só vez que geraria os recursos necessários para saciar continuamente a fome dos indigentes? A resposta a esta pergunta depende da taxa de retorno inerente dos recursos transferidos aos pobres. Por exemplo, se aplicássemos os 0,5% ao mês da caderneta de poupança, R\$ 15 mensais transferidos mês a mês de forma perpétua

corresponderiam a um estoque de R\$ 3000. Já se a taxa de retorno fosse 1% ao mês a dívida social por não miserável seria de R\$ 1500.

Obviamente, o fluxo de R\$ 15 mensais é muito menor que o estoque de R\$ 1500, o que decorre do fato de que aliviar a miséria é mais barato do que erradicá-la. Isto acontece quando olhamos para os sucessivos períodos que estão por vir e não apenas para miséria presente. É preciso transcender o escopo conjuntural da insuficiência de resultados correntes e encarar o universo infinitamente mais vasto e desafiador da distribuição das oportunidades.

(\*) Coincidentemente, R\$ 15 é o valor dado pelos programas bolsa-escola e bolsa-alimentação, recém iniciados pelo governo federal no âmbito do projeto Alvorada. As relações fluxo-estoque aqui calculadas podem ser aplicadas a estes programas.

**Marcelo Côrtes Neri**, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br